

De acordo com o comando de cada uma das questões de 41 a 80, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará penalização. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA 1 – OBJETIVA – 2.ª PARTE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 41

Márcia trabalha como parceiro rural em regime de economia familiar em fazenda situada em área rural de pecuária intensiva.

Acerca da situação hipotética acima e da previdência rural, julgue os itens a seguir.

- ❶ Na definição de trabalhador rural e de sua proteção previdenciária, destacam-se elementos indispensáveis, como ser pessoa jurídica e exercer serviços de natureza rural.
- ❷ A proteção previdenciária do trabalhador rural surgiu com o advento da Lei n.º 4.214/1963, mediante a qual foi instituído o Estatuto do Trabalhador Rural.
- ❸ Márcia é trabalhadora rural da categoria previdenciária segurada especial.
- ❹ Observando a igualdade de direitos estabelecida na Constituição da República de 1988, o legislador ordinário estipulou que prestações previdenciárias — benefícios e serviços — são devidos aos trabalhadores urbanos e rurais.
- ❺ Márcia tem direito a salário-maternidade.

QUESTÃO 42

Julgue os itens abaixo, relativos às diversas fases evolutivas da propriedade rural no Brasil.

- ❶ No período colonial, o regime agrário adotado no Brasil foi o das sesmarias.
- ❷ O objetivo fundamental da Lei n.º 601/1850 foi disciplinar e regularizar a situação das sesmarias, posses e ocupações, buscando conceder aos interessados uma titularidade definitiva e plena.
- ❸ No chamado período “extra-legal” ou “das posses”, após a independência do Brasil, houve ocupação do vasto território brasileiro de forma desordenada, tendo a Lei das Terras procurado discriminar as terras devolutas das terras particulares.
- ❹ A Lei de Terras de 1850 determinava o registro das posses pelo tabelião em cada freguesia.
- ❺ A Constituição de 1946 previa a desapropriação sem a prévia e justa indenização.

QUESTÃO 43

Julgue os itens seguintes, referentes à tributação agrária e ao imposto territorial rural (ITR).

- ❶ O ITR, de apuração trimestral, tem o seu fato gerador na propriedade, no domínio útil ou na posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana.
- ❷ Na história constitucional brasileira, a instituição do ITR já foi de competência dos estados-membros. Com a atual Constituição da República, essa competência passou a ser dos municípios.
- ❸ O ITR incide sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possui outro imóvel.
- ❹ O enfiteuta pode ser contribuinte do ITR. Nesse caso, considera-se como domicílio tributário do contribuinte o município de localização do imóvel.
- ❺ O possuidor de imóvel rural a qualquer título também pode ser contribuinte do ITR.

QUESTÃO 44

Carlos contratou, com Pedro, o arrendamento de parcela de sua fazenda, por prazo indeterminado. Após um ano da celebração do contrato, concluída a primeira colheita, Carlos, proprietário da fazenda, resolveu vender o imóvel e rescindir o contrato, com o que não concordou Pedro.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens abaixo.

- ❶ A rescisão desse tipo de contrato pode ser feita unilateralmente pelo arrendador sem a ciência do arrendatário, pois o primeiro possui o direito potestativo de desfazer o contrato a qualquer momento.
- ❷ Nos termos do Estatuto da Terra, Pedro tem direito de preempção sobre o imóvel arrendado.
- ❸ Independentemente do valor obtido por oferta de terceiro para a compra da fazenda, esta deverá ser vendida em melhores condições para o arrendatário.
- ❹ Na espécie, o tipo de contrato existente entre Carlos e Pedro não se relaciona ao direito agrário, mas ao direito civil, em razão da existência de uma possível compra e venda.
- ❺ Tanto para vender o imóvel como para arrendá-lo, Carlos terá de ser necessariamente proprietário do imóvel.

QUESTÃO 45

A respeito do direito agrário e das políticas agrária, agrícola e fundiária, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Remontam aos primórdios da civilização as origens do direito agrário. Já no Código de Hamurábi, do povo babilônico, há disposições que poderiam ser consideradas agrárias, tais como a que regia a situação dos agricultores e dos pastores.
- ❷ Há entendimento pacífico entre os doutrinadores de que o direito agrário goza de autonomia sob os aspectos legislativo, científico, didático e jurisdicional.
- ❸ O Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/1964) pode ser considerado um diploma básico sistematizador da política agrária, agrícola e fundiária na legislação brasileira.
- ❹ Entre os princípios norteadores do direito agrário previstos expressamente no texto da Constituição da República, podem-se citar: a regra de monopólio legislativo da União; a proteção à propriedade familiar e à pequena e à média propriedades; a conservação e a preservação dos recursos naturais e a proteção ao meio ambiente.
- ❺ O regime sesmial no Brasil vigorou antes e após a independência, assemelhando-se ao instituto da enfiteuse, pois só admitia a transferência do domínio útil.

QUESTÃO 46

Marcos, após ter celebrado contrato que institua parceria agrícola com Dalva por quatro anos, desejou retomar o imóvel após dois anos de iniciada a parceria, alegando falta de pagamento.

A respeito dessa situação hipotética, dos contratos agrários e das ações possessórias a eles vinculadas, julgue os itens subsequentes.

- ❶ A ação de reintegração de posse prevista no Código de Processo Civil é a única ação apropriada para a retomada do imóvel rural oriundo de arrendamento ou parceria.
- ❷ A retomada do imóvel nunca poderá ser realizada antes do fim do contrato de parceria.
- ❸ O foro adequado para a ação de retomada do imóvel rural será o da situação do imóvel ou o de eleição, independentemente de haver sido acordado um determinado domicílio de eleição.
- ❹ A justiça competente para julgar ação de despejo na hipótese em apreço é a justiça comum estadual.
- ❺ Na situação hipotética considerada, o rito da ação adequada para a retomada é o sumaríssimo.

QUESTÃO 47

No que se refere ao usucapião e à posse agrária, julgue os itens a seguir.

- ❶ O usucapião é modo originário de aquisição da propriedade e de outros direitos reais suscetíveis de exercício continuado pela posse prolongada no tempo.
- ❷ O usucapião especial é regido por legislação extravagante, enquanto o usucapião ordinário e o extraordinário são regulamentados pelo Código Civil.
- ❸ Na Constituição da República vigente, ao contrário do que ocorria nas anteriores, há previsão expressa de usucapião especial.
- ❹ A posse ocorrida antes de 5/10/1988 pode ser contada para fins de usucapião especial urbano, conforme jurisprudência dominante.
- ❺ Se uma pessoa permanece em imóvel por vinte anos, como arrendatário rural, não tem direito a adquiri-lo por usucapião.

QUESTÃO 48

Um latifundiário cadastrou-se no programa brasileiro de reforma agrária, com objetivo de obter mais terras contíguas à sua enorme fazenda situada em Goiás, e se informou a respeito do programa de políticas agrárias.

A partir dessa situação hipotética, do Estatuto da Terra e da questão da reforma agrária e da política agrária e fundiária, julgue os itens seguintes.

- ❶ O Estatuto da Terra considera reforma agrária o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento de produtividade.
- ❷ Na situação hipotética descrita, o objetivo da reforma agrária não permite que o latifundiário logre êxito no seu intento de aumentar o tamanho de suas terras.
- ❸ A Constituição da República estabelece distinção entre reforma agrária, política agrária e política fundiária.
- ❹ A política fundiária é o conjunto de princípios fundamentais e regras disciplinadoras do desenvolvimento do setor agrícola.
- ❺ A política agrária relaciona-se ao disciplinamento da posse da terra e ao uso adequado da propriedade rural (função social da propriedade).

QUESTÃO 49

Flávio, pequeno proprietário rural de terra produtiva, opôs-se a processo de desapropriação de sua propriedade, movido por descumprimento da função social da propriedade, uma vez que ele desmatou toda a área de sua propriedade para a plantação de arroz, e não paga, há mais de três anos, às pessoas que trabalham na colheita, ameaçando-as de morte se pleitearem os seus direitos na justiça.

Em face dessa situação hipotética e considerando a função social da propriedade rural, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Na hipótese considerada, Flávio cumpre a função social da propriedade, pois sua terra é produtiva.
- ❷ O quadro hipotético descrito não configura situação passível de processo expropriatório.
- ❸ A Constituição da República prevê, na função social da propriedade, a preocupação com a preservação do meio ambiente, o que não ocorreu no caso apresentado.
- ❹ Embora a Constituição da República e o Estatuto da Terra prevejam requisitos da função social da propriedade que não estão sendo atendidos por Flávio, o fato de a terra ser produtiva faz que tais requisitos não possam ser considerados.
- ❺ Apesar de a Lei n.º 8.629/1993 também tratar dos requisitos caracterizadores da função social da propriedade rural, estes são abordados de forma mais profunda e detalhada pela Constituição da República e pelo Estatuto da Terra.

QUESTÃO 50

Julgue os itens abaixo, relativos: aos direitos dos indígenas, à demarcação e ao regime jurídico das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, nos termos da Constituição da República; à terra no âmbito da cultura indígena.

- ❶ Para a cultura indígena, a terra apresenta-se, principalmente, como fator econômico-produtivo de propriedade individual.
- ❷ São terras consideradas tradicionalmente ocupadas pelos índios só as por eles habitadas em caráter permanente, não se incluindo as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar.
- ❸ A exploração de lavra em terra indígena é permitida em circunstâncias especiais, ficando assegurada aos índios ocupantes da terra a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- ❹ Grupos indígenas podem ser removidos de suas terras, em caráter excepcional, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população.
- ❺ Nos processos judiciais em defesa de interesses indígenas, haverá intervenção obrigatória do Ministério Público.

QUESTÃO 51

Quanto à demarcação de terras indígenas, julgue os itens subsequentes.

- ❶ O processo de demarcação das terras indígenas obedece a procedimento administrativo regulado por decreto regulamentar do Poder Executivo da União.
- ❷ Para a demarcação da terra indígena, sendo desnecessários estudos antropológicos, inicialmente faz-se necessária a identificação desta por meio de estudo de agrimensura realizado por engenheiro topógrafo.
- ❸ A terra demarcada e homologada será registrada, em até trinta dias após a homologação, no cartório de imóveis da comarca correspondente e no Serviço de Patrimônio da União.
- ❹ A homologação do procedimento de demarcação deve ser submetida ao governador do estado-membro em que se situem as terras demarcadas.
- ❺ Declarados os limites da área, a cabe ao INCRA promover a demarcação física e à FUNAI proceder ao reassentamento de eventuais ocupantes não-índios.

QUESTÃO 52

À luz do Estatuto do Índio e da Constituição da República, julgue os itens a seguir, acerca do regime jurídico das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bem como da política e das questões indígenas.

- ❶ Os índios, assim como as terras a eles pertencentes, são tutelados pelo Estado brasileiro por meio da União.
- ❷ A Constituição da República previu o prazo máximo de cinco anos a contar da elaboração do Estatuto do Índio para a demarcação de todas as terras indígenas.
- ❸ Índio ou silvícola é todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifique e seja identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distingam da sociedade nacional.
- ❹ Os índios e as comunidades indígenas integrados à comunhão nacional devem ser tutelados.
- ❺ Qualquer índio pode requerer ao Poder Judiciário a sua liberação do regime tutelar do Estatuto do Índio.

QUESTÃO 53

A respeito da conservação e preservação do meio ambiente, no âmbito da Agenda 21, confeccionada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO/92), julgue os itens abaixo.

- ❶ A Agenda 21, ao tratar da pobreza e da proteção ambiental, não estabelece nenhuma correlação entre esses temas.
- ❷ A Agenda 21 prega um conservadorismo extremo dos recursos naturais, o qual não permite a utilização de recursos no presente ou no futuro.
- ❸ No capítulo pertinente, a Agenda 21 destaca a necessidade de uma maior consciência a respeito das interações entre demografia e desenvolvimento sustentável.
- ❹ Há, na Agenda 21, um capítulo destinado à conservação das florestas e à proteção contra o desflorestamento que prevê o aumento da proteção, do manejo sustentável e da conservação de todas as florestas.
- ❺ No capítulo referente à promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável, a Agenda 21 inclui a área de conservação e reabilitação da terra.

QUESTÃO 54

Paulo, que não é proprietário de imóvel rural ou urbano, tem como sua, por seis anos ininterruptos, sem oposição, uma terra situada dentro de Área de Proteção Ambiental (APA), em zona rural, com área de 20 hectares, a qual tornou produtiva com seu trabalho, tendo nela sua moradia.

À luz dessa situação hipotética, do direito ambiental e do usucapião especial, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Paulo poderá pleitear o usucapião especial da área.
- ❷ Caso a área em que Paulo reside e trabalha não fosse APA, a situação jurídica seria distinta.
- ❸ Para a Constituição da República, Paulo não atenderia o requisito da área da terra usucapienda especial.
- ❹ A circunstância de o imóvel situar-se em APA não obsta o usucapião comum, mas veda o usucapião especial.
- ❺ A Lei n.º 6.969/1981, que trata da usucapião especial, foi recepcionada com modificações pela Constituição da República.

QUESTÃO 55

Acerca dos instrumentos da política nacional do meio ambiente, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O direito de informação é pedra basilar para o exercício da política brasileira do meio ambiente.
- ❷ O Estudo de Impacto Ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente.
- ❸ O sistema nacional de unidades de conservação da natureza (SNUC) compõe-se de três grupos com características específicas.
- ❹ A política nacional do meio ambiente no Brasil tem reflexos federativos.
- ❺ O zoneamento ambiental e o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental são instrumentos antípodas da Política Nacional do Meio Ambiente.

QUESTÃO 56

No que se refere aos fundamentos de direito constitucional positivo brasileiro e ao direito ambiental, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não constitui princípio estruturante da ordem jurídica e econômica brasileira.
- ❷ A noção de poder público expressa no art. 225 da Constituição da República refere-se somente à União, não abarcando os estados-membros nem os municípios e o Distrito Federal (DF).
- ❸ No âmbito da Constituição, não houve significativa inovação da matéria relativa à autonomia e à competência legislativa dos municípios, que passaram a ter poderes enumerados na federação brasileira do mesmo modo que ocorria no texto da Constituição pretérita.
- ❹ As competências comuns previstas no art. 23 da Constituição da República expressam tão-somente atividades legislativas dos estados-membros e municípios.
- ❺ A política nacional do meio ambiente constitui-se em projeção do modelo federal no âmbito de proteção ambiental ao instituir o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

QUESTÃO 57

Em sua fazenda, Guilherme mantém cultura de arroz com sistema de irrigação contínuo. Para tal finalidade, perfurou diversos poços artesianos no local, sem que houvesse o devido licenciamento. Ocorrida a responsabilização administrativa pelo desrespeito à legislação ambiental, Guilherme, inconformado com a multa e com a interrupção da extração de água nos poços artesianos, entrou com ação judicial contra o órgão ambiental, pleiteando a invalidação da multa e a liberação da utilização dos poços artesianos, sob a alegação de regular exercício do direito de propriedade rural e da necessidade de água para a manutenção da produtividade da lavoura de arroz.

Acerca dessa situação hipotética, do direito ambiental, da lei de política nacional do meio ambiente e do direito de propriedade rural, julgue os itens a seguir.

- ❶ Guilherme deverá lograr êxito no seu pedido, pelos fundamentos jurídicos apresentados.
- ❷ A multa e o embargo da utilização da água foram corretamente aplicados pela administração pública, no regular exercício do poder de polícia ambiental.
- ❸ Para a Constituição da República, Guilherme não atende o requisito da função social da propriedade rural.
- ❹ A situação jurídica seria diversa caso Guilherme estivesse utilizando o sistema de distribuição de água municipal.
- ❺ A política agrícola de utilização da água deve prevalecer sobre toda e qualquer outra forma de utilização de recursos hídricos ambientais.

QUESTÃO 58

Considerando que o proprietário de uma fazenda situada em área rural deseje parcelá-la para fins agrícolas, com abertura de novas vias de acesso e construção de novos logradouros públicos, julgue os itens seguintes.

- ❶ São formas de parcelamento do solo rural: o loteamento e o desmembramento.
- ❷ O proprietário, ao cumprir seu intento, estará realizando um parcelamento da espécie loteamento.
- ❸ Considera-se loteamento a divisão de gleba em lotes, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que tal divisão não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- ❹ O parcelamento, para fins agrícolas, de imóvel rural localizado fora de zona urbana ou de expansão urbana, assim definidas por lei municipal, rege-se pelas disposições da Lei n.º 6.766/1979.
- ❺ Na hipótese, por se tratar de parcelamento em zona rural para fins agrícolas, caberá ao INCRA a aprovação do projeto de parcelamento.

QUESTÃO 59

Valéria possui, em área urbana, ampla área de pasto, utilizada para a pecuária extensiva, atividade exercida somente por ela e seus familiares.

Acerca dessa situação hipotética, do Estatuto da Terra e da classificação dos imóveis rurais nesse diploma legislativo, julgue os itens abaixo.

- ❶ Imóvel rural é o prédio rústico, de área contínua, localizado fora da área urbana, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer por meio de planos públicos de valorização, quer por meio de iniciativa privada.
- ❷ No caso de Valéria, perante o Estatuto da Terra, o imóvel é rural, não obstante sua localização em área urbana.
- ❸ Considera-se propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente, seja explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e normalmente administrado com a ajuda de terceiros.
- ❹ A depender da sua área, o imóvel de Valéria pode ser considerado propriedade familiar.
- ❺ Um imóvel rural em determinado local do país pode ser considerado um latifúndio e, em outro, uma propriedade familiar, de acordo com o módulo rural da região.

QUESTÃO 60

Vale esclarecer que ninguém da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) está pretendendo diminuir a área de reserva legal estabelecida pelo Código Florestal. Não está buscando aumentar a área de desmatamento ou diminuir a reserva legal.

Considerando o trecho acima, extraído de um debate acerca das mudanças no Código Florestal brasileiro, que trata da área de reserva legal para as propriedades rurais na região amazônica, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Para a região Norte e a parte norte da região Centro-Oeste, o Código Florestal estabelecia em cada propriedade rural uma área mínima de 50% como reserva legal. Esse percentual foi ampliado na edição da medida provisória que atualizou o referido código.
- ❷ A função da reserva legal é assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos, a conservação da biodiversidade, o abrigo e a proteção da flora e fauna nativas.
- ❸ Na atual legislação, para cômputo da reserva legal, inclui-se a área de preservação permanente, quando a extensão desta última for menor que a extensão determinada para a primeira.
- ❹ No interior da reserva legal, é permitido o corte seletivo intercalado com faixas de corte raso, desde que este último não ultrapasse 20% da área total da reserva legal.
- ❺ A reserva legal pode ser interpretada como uma externalidade socioambiental que não é arcada pela coletividade, incidindo sobre a propriedade como ônus particular.

QUESTÃO 61

A Lei n.º 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, enquadra, entre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A respeito dessa modalidade de unidade de conservação, julgue os itens a seguir.

- ❶ A RPPN constitui modalidade nova de unidade de conservação, instituída pela primeira vez pela lei acima citada.
- ❷ A RPPN é uma área privada, estabelecida como unidade de conservação por decreto do poder público, nos casos em que a União não dispõe de recursos suficientes para desapropriação e indenização do proprietário, concedendo em troca isenção de impostos sobre aquela propriedade.
- ❸ A condição de RPPN é averbada à margem da inscrição do registro público de imóveis com validade de vinte anos. Findo esse período, o poder público reavaliará a possibilidade de desapropriação e indenização.
- ❹ O fato de projetos necessários para a implantação e a gestão de RPPNs reconhecidas e certificadas pelo IBAMA merecerem prioridade na análise de concessão de recursos pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente pode ser visto como uma política de meio ambiente favorável à ampliação das áreas protegidas e sua implantação de fato.
- ❺ Na RPPN, podem ser desenvolvidas atividades de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer, autorizadas ou licenciadas pelo órgão responsável pelo reconhecimento da RPPN e executadas de modo a não comprometerem o equilíbrio ecológico.

QUESTÃO 62

A realização científica decisiva para a Revolução Verde foi a difusão das técnicas de criação de plantas, desenvolvidas na agricultura de clima temperado, para o meio ambiente das regiões tropicais e subtropicais. Entretanto, a força que impulsionou esse processo se manteve inalterada: controlar e modificar os elementos do processo biológico de produção que determinam o rendimento, a estrutura da planta, a maturação, a absorção de nutrientes e a compatibilidade com os insumos produzidos industrialmente.

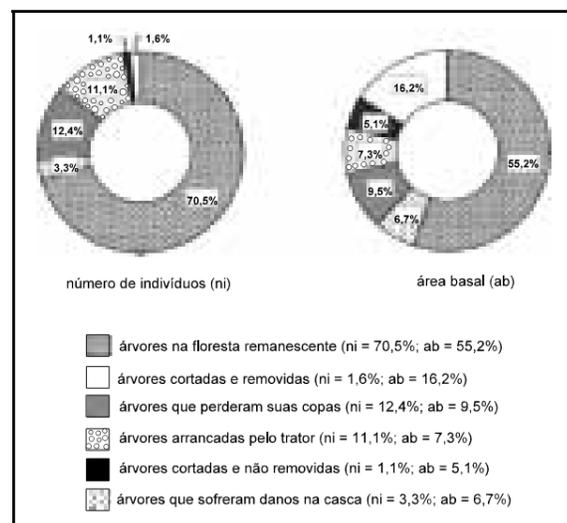
D. Goodman et al. Da lavoura às biotecnologias. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 34 (com adaptações).

A respeito da Revolução Verde — marcada pelo desenvolvimento das variedades de alto rendimento (VARs) —, dos seus fundamentos e das suas implicações para a política agrícola, julgue os itens seguintes.

- ❶ As características básicas das VARs são a sensibilidade positiva potencial aos nutrientes do solo e à maximização da fotossíntese.
- ❷ Desde o início, o aumento de suprimento de fertilizantes nas VARs aumentou a produtividade, sem restrições que questionassem o valor da Revolução Verde.
- ❸ A Revolução Verde representa um dos principais esforços para internacionalizar o processo de apropriação industrial da produção rural, podendo ser questionável seu enquadramento como uma das políticas de desenvolvimento sustentável.
- ❹ Nas plantas, a insensibilidade à luz, de forma que elas madurem em um tempo predeterminado, faz parte das intervenções no processo biológico incorporadas às VARs.
- ❺ O desenvolvimento de variedades de caule longo e palha menos rígida permitiu o incremento da produção, contribuindo para dar grande impulso à Revolução Verde.

QUESTÃO 63

A figura abaixo mostra a porcentagem de árvores (número de indivíduos) e da área basal atingidas no processo de extração de madeira ao longo de 700 m de estrada objeto de inspeção em pesquisa feita no município de Paragominas – PA.



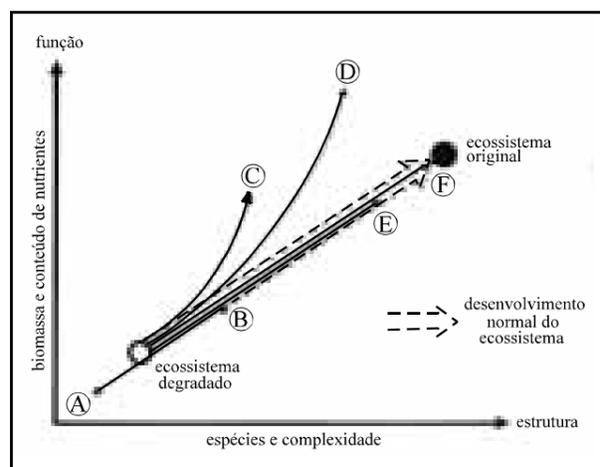
Christopher Uhl e Ima C. G. Vieira. In: *Ciência Hoje – especial Amazônia*, dez./1991, p. 112 (com adaptações).

Com relação aos dados acima, à temática da exploração de madeira e seus impactos ambientais e considerando que o desmatamento tenha sido realizado de forma ilegal, sem licença prévia das autoridades competentes, julgue os itens a seguir.

- 1 Pelos dados apresentados, a remoção de apenas 1,6% das árvores da floresta ocasiona a morte ou danificação de mais de 25% das árvores.
- 2 Com base nos dados apresentados, é correto concluir que as árvores removidas são as árvores de maior diâmetro de tronco.
- 3 Não há diferença significativa na taxa de cobertura do dossel nas áreas exploradas, após a extração das árvores — valores em torno de 43% de cobertura —, quando comparadas à taxa normal de cobertura do dossel em florestas não-exploradas.
- 4 O servidor público, no exercício de suas funções, ao tomar conhecimento de ações de desmatamento ilegal, não poderá provocar a iniciativa do Ministério Público para abertura de ação civil pública de responsabilidade por danos ambientais, devendo guardar sigilo, salvo se for fiscal do IBAMA.
- 5 Estão sujeitos às penas da Lei n.º 9.605/1998 os autores do desmatamento, quem recebeu ou adquiriu a madeira para fins comerciais e industriais e quem a manteve em depósito, transportar ou guardar sem licença ou a vender.

RASCUNHO

QUESTÃO 64



O desenvolvimento de ecossistemas pode ser quantificado em duas dimensões: estrutura e função. Quando os ecossistemas são degradados por desmatamento, para fins de extração madeireira, há uma redução em ambas as dimensões, talvez quase a zero. A figura esquemática acima ilustra essa situação e as diversas alternativas de intervenção no ecossistema, diante desse quadro.

A. D. Bradshaw. *The reclamation of derelict land and the ecology of ecosystem*. Apud: W. R. Jordan III, M. E. Gilpin e John D. Aber. *Restoration ecology: a synthetic approach to ecological research*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 56 (com adaptações).

Com base nas informações e na figura acima, julgue os seguintes itens, considerando a aplicação do modelo para o desmatamento na floresta amazônica.

- 1 (C) e (D) representam incremento de biomassa e concentração de nutrientes.
- 2 Na situação (A), pode-se estar desencadeando um processo de desertificação.
- 3 (B), (E) e (F) não são possíveis devido à fragilidade do ecossistema.
- 4 Processos de substituição da floresta por lavouras podem, nos primeiros anos de cultivo, ser enquadrados em (C).
- 5 Os ecossistemas em (F) apresentam produtividade líquida do sistema maior que em (B), (C), (D) e (E).

QUESTÃO 65

A idéia de uma agricultura sustentável revela, antes de tudo, a crescente insatisfação com o *status quo* da agricultura moderna. Indica o desejo social de sistemas produtivos que, simultaneamente, conservem os recursos naturais e forneçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar. Resulta de emergentes pressões sociais por uma agricultura que não prejudique o meio ambiente e a saúde.

Maria do Carmo L. Bezerra e José E. da Veiga (coord.). *Agricultura sustentável*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/IBAMA/Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000.

Considerando que o texto acima apresenta o marco conceitual da agricultura sustentável, um dos temas centrais escolhidos para subsidiar as discussões no processo de construção da Agenda 21 brasileira, julgue os itens subseqüentes.

- 1 As plantações de cana-de-açúcar, milho e citros apresentam volume aplicado de agrotóxicos por hectare relativamente baixo, comparados aos cultivos de fumo, tomate e morango, não merecendo, portanto, preocupação significativa quanto ao impacto ambiental, se comparado com o segundo grupo de culturas.
- 2 O controle biológico e o manejo integrado de pragas constituem alternativas ao emprego de agrotóxicos.
- 3 A sustentabilidade da agricultura reside centralmente na simples substituição de algumas práticas agrícolas, como, por exemplo, a substituição dos fertilizantes químicos pela fixação biológica de nitrogênio nas lavouras de cana-de-açúcar.
- 4 Os aerossóis se situam na forma de apresentação menos perigosa de defensivos agrícolas, quando comparados às pastilhas fumigantes, aos líquidos, aos pós e aos grânulos.
- 5 Uma das formas de promover a sustentabilidade da agricultura no semi-árido é promover a implantação, de fato, da Política Nacional de Recursos Hídricos.

QUESTÃO 66

Segundo o IBAMA, o licenciamento ambiental é um instrumento de planejamento que objetiva a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental. Portanto, trata-se de um instrumento central dentro da política de meio ambiente do país. No que se refere a esse instrumento e suas implicações ambientais, julgue os itens abaixo.

- 1 O licenciamento ambiental como instrumento de planejamento resume-se, na verdade, a duas fases distintas: licença prévia e licença de instalação.
- 2 Todas as licenças concedidas no âmbito do licenciamento ambiental devem ser publicadas em diário oficial do estado ou da União, em conformidade com o princípio da publicidade da administração pública.
- 3 Para salvaguardar a neutralidade dos estudos técnicos e preservar a integridade dos técnicos e peritos, os pedidos de licença são protocolados mas não-publicados pela administração pública antes do seu resultado final, com exceção da convocação de audiência pública para sua conclusão.
- 4 A construção de usinas hidrelétricas requer a elaboração de EIA/RIMA para seu licenciamento, em função do tamanho do reservatório e da barragem, mas as linhas de transmissão da energia gerada, sem ressalvas, encontram-se dispensadas da elaboração de EIA/RIMA.
- 5 Uma das atribuições do CONAMA é estabelecer normas e critérios para o licenciamento ambiental.

QUESTÃO 67

Estudos realizados em cerrado (sentido estrito) do DF indicam que sua taxa de transpiração (ou seja, perda de água) durante a estação chuvosa é de 2,6 mm/dia e se reduz a cerca de 1,5 mm/dia durante a estação seca; por outro lado, nessa mesma região, coberturas vegetais de arroz, por exemplo, possuem taxa de transpiração média de 4,3 mm/dia; na soja, a média é de 5,4 mm/dia; no girassol, 5,6 mm/dia; no eucalipto, 6,0 mm/dia.

Assad e Assad. *Agricultura sustentável – subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira*. Brasília: MMA, 2000, p. 95 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens a seguir, referentes à ocupação da região Centro-Oeste pela agricultura.

- 1 Os dados apresentados não permitem, por si sós, concluir que a expansão da fronteira agrícola na região do cerrado é preocupante do ponto de vista ambiental.
- 2 A ocupação do Centro-Oeste brasileiro pela agricultura mecanizada foi apoiada por empréstimos internacionais contraídos pelo governo brasileiro.
- 3 As práticas correntes na agricultura tradicional favorecem o carreamento de cálcio para regiões mais profundas do solo, tornando-o menos disponível na superfície cultivável.
- 4 A monocultura mecanizada introduzida na região Centro-Oeste é um exemplo de agricultura sustentável, pois promove a integração da região ao circuito econômico nacional e internacional.
- 5 O debate acerca da sustentabilidade mostrou que a produção indiferenciada de *commodities* tem papel relevante, mas não esgota a vocação e as possibilidades que o cerrado oferece ao desenvolvimento.

QUESTÃO 68

No sistema convencional, são feitas operações de preparo que revolvem a terra, desestabilizam toda a manifestação biológica e a estrutura física do solo dos cerrados. A utilização do plantio direto é a solução para reverter esse quadro.

Manoel Henrique Pereira. *O meio ambiente e o plantio direto*. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1997, p. 25 (com adaptações).

A respeito do assunto tratado no texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 No plantio direto, busca-se atenuar o impacto das chuvas sobre o solo, o que faz diminuir simultaneamente a compactação do solo e a lixiviação.
- 2 O plantio direto não é válido para a monocultura.
- 3 Uma das desvantagens do plantio direto é que a palhada dificulta a infiltração de água no solo.
- 4 O uso de herbicidas ainda ocorre no plantio direto, inclusive para a dessecação do capim *Brachiaria* e a transformação de sua biomassa em cobertura morta.
- 5 As técnicas de curvas de nível e terraceamento são reconhecidas e consagradas como as mais eficientes para conter as perdas de solo por erosão, mesmo quando empregadas isoladamente.

QUESTÃO 69

Nos últimos vinte anos, o Brasil mudou muito, e o seu lixo também.

O crescimento acelerado das cidades e, ao mesmo tempo, as mudanças no consumo dos cidadãos também são fatores comuns a esses municípios, o que vem gerando um lixo muito diferente daquele que as cidades produziam há trinta anos.

O lixo atual é diferente em quantidade e qualidade, em volume e em composição.

Hoje, cada vez mais, a população dos municípios brasileiros concentra-se nas cidades. Assim, é quase impossível encontrar uma cidade que já não tenha, por exemplo, uma grande quantidade de embalagens em seus lixos, cada vez mais volumosos. Muitos municípios pequenos, incrustados dentro de regiões metropolitanas, vivem os mesmos problemas que as capitais e cidades como Nova Iorque e Tóquio.

Também o lixo rural mudou nesses últimos anos. Antes, era formado quase exclusivamente por restos orgânicos, que a criação miúda ou a natureza eliminavam rapidamente. Mais recentemente, vem-se transformando em um volume crescente de frascos e sacos plásticos que se acumulam nas próprias fazendas ou se espalham ao longo das estradas.

Nilza Silva Jardim et al. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: IPT/CEMPRE, 1995, p. VIII (com adaptações).

Como se observa pelo texto acima, o lixo vem mudando e aumentando em quantidade, de forma crescente, constituindo um dos mais sérios problemas ambientais contemporâneos e demandando políticas específicas, capazes de minimizar os seus impactos, tanto ambientais quanto sociais. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

- ❶ Estabelecido pelo CONAMA, o padrão de cor para recipientes coletores de resíduos orgânicos no Brasil é marrom.
- ❷ Além da padronização das cores dos recipientes coletores, foi padronizada a cor dos nomes e inscrições nos recipientes, sendo de cor branca para os recipientes de coloração escura e preta para os recipientes de cor clara.
- ❸ O padrão de cor é obrigatório para todos os programas de coleta seletiva criados e mantidos por órgãos da administração pública, sendo optativo para escolas, igrejas e cooperativas.
- ❹ No desenvolvimento sustentável, defende-se a adoção da reciclagem como prioridade número um para as políticas de gestão de resíduos no contexto da implantação da Agenda 21 nos países.
- ❺ A contaminação do solo e da água devido à disposição inadequada de resíduos sólidos foi enquadrada como crime ambiental nos termos da Lei n.º 9.605/1998, mesmo diante da inexistência, à época, de uma política nacional de resíduos sólidos.

QUESTÃO 70

As estatísticas mais recentes do Brasil rural revelam um paradoxo que interessa a toda a sociedade: o emprego de natureza agrícola define praticamente em todo o país, mas a população residente no campo voltou a crescer ou, pelo menos, parou de cair. Esses sinais trocados sugerem que a dinâmica agrícola, embora fundamental, já não determina sozinha os rumos da demografia no campo. As políticas públicas dirigidas ao setor, portanto, não podem mais se orientar pelo reducionismo que nivela o rural ao agrícola. A desaceleração do êxodo rural em pleno crepúsculo do emprego agrícola sugere que velhos conceitos não servem mais como baliza para analisar o presente e planejar o futuro.

José Graziano da Silva. Globo Rural – tendências, n.º 186, abril/2001 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens a seguir.

- ❶ A mudança de cenário observada pelo autor se deve, predominantemente, ao grande aumento das ocupações rurais não-agrícolas no Brasil, que cresceram a taxas anuais superiores ao crescimento da população, no período de 1996 a 1999, enquanto o emprego agrícola continuava em declínio.
- ❷ Quando o autor afirma que as políticas públicas não devem se orientar pelo reducionismo que nivela o rural ao agrícola, significa que uma política como a reforma agrária, voltada a pequenos agricultores, não pode se confundir com políticas de crédito dirigidas à agricultura de exportação realizada por grandes produtores.
- ❸ Os velhos conceitos mencionados no texto referem-se a visões equivocadas acerca do meio rural brasileiro, como a que defende que o desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural ou a posição de que o êxodo rural é inexorável.
- ❹ Serventes, motoristas e empregadas domésticas são alguns exemplos de ocupações rurais não-agrícolas identificadas como presentes no novo cenário rural brasileiro.
- ❺ Com o declínio das ocupações agrícolas, referido no texto, a população rural vem crescentemente se ocupando de atividades rurais não-agrícolas que não seguem o padrão de precariedade e baixo rendimento dos empregos criados na última década.

QUESTÃO 71

A criação de cooperativas de crédito rural vem sendo defendida como uma das maneiras de facilitar o acesso de agricultores familiares a financiamentos públicos, o que amplia o impacto das políticas de governo no incremento da produção agropecuária brasileira. Tendo como referência a legislação e as recentes resoluções adotadas para regulamentar as cooperativas de crédito rural, julgue os itens abaixo.

- ❶ O capital mínimo inicial, exigido para a criação de cooperativas de crédito rural independentes, foi drasticamente reduzido, fato que solucionou um dos principais problemas que os agricultores enfrentavam para a constituição desse tipo de cooperativa.
- ❷ Para as cooperativas de crédito rural filiadas a uma central, a cota mínima de entrada de cada um dos sócios é, atualmente, inferior ao valor de um salário mínimo.
- ❸ O sistema alternativo de crédito rural, apesar de incentivado por diferentes mecanismos de políticas públicas, ainda não consegue oferecer empréstimos a juros inferiores aos cobrados por bancos oficiais, principalmente porque estes repassam recursos a um custo operacional bem menor que os das pequenas cooperativas de crédito rural independentes.
- ❹ Um avanço observado nas normas de operação das cooperativas de crédito rural é a possibilidade de acesso direto das mesmas aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
- ❺ O governo federal vem padronizando, por meio do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), orientações a grupos de agricultores, de forma a incentivar a criação de cooperativas de crédito rural.

QUESTÃO 72

Estudo referente à agricultura familiar no Brasil, realizado por meio do projeto de cooperação entre o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), a partir do censo agropecuário de 1995/1996, resultou no documento Novo Retrato da Agricultura Familiar. Com relação aos dados obtidos nesse estudo, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A agricultura familiar, apesar de representar a grande maioria dos estabelecimentos rurais do país, gera menos postos de trabalho que a agricultura patronal, sendo responsável por menos de um quarto do pessoal ocupado na agricultura brasileira.
- ❷ O estudo mostra uma desproporção entre o financiamento destinado a agricultores familiares e a agricultores patronais e uma maior eficiência dos primeiros no uso do crédito, pois produzem mais com menos recursos do crédito rural.
- ❸ Em relação ao valor bruto da produção da agropecuária nacional, a agricultura familiar responde por menos da metade da produção de feijão e mandioca.
- ❹ A média de renda por hectare da agricultura familiar é mais que o dobro da agricultura patronal, o que demonstra maior eficiência daquela em relação a esta.
- ❺ O estudo confirmou o grave quadro da concentração fundiária no país e alertou para o fato de que menos da metade dos estabelecimentos familiares possui menos de cinco hectares, o que inviabiliza a sustentabilidade econômica pela agricultura na maioria dos casos.

QUESTÃO 73

Julgue os itens seguintes.

- ❶ O fortalecimento das entidades representativas dos agricultores familiares pode ser observado pela ampliação de sua participação na formulação das políticas públicas brasileiras e pelas conquistas obtidas nos últimos anos. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por exemplo, garantiu à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) papel relevante, com assento permanente na instância deliberativa do programa.
- ❷ Apesar dos avanços obtidos, a CONTAG ainda reivindica o direito de participar do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para coordenar, articular e propor políticas federais direcionadas aos agricultores familiares.
- ❸ Os conselhos municipais de desenvolvimento rural, com atuação legitimada pelo PRONAF como instrumento de gestão municipal participativa, devem ter pelo menos 50% de seus membros constituídos por representantes da sociedade civil.
- ❹ Os requisitos para um agricultor familiar ser aceito como beneficiário do PRONAF incluem não possuir área superior a quatro módulos fiscais, utilizar exclusivamente mão-de-obra da família nas atividades do estabelecimento e residir no próprio estabelecimento.
- ❺ Os agricultores familiares organizados em associações e cooperativas são beneficiários do PRONAF e podem ter acesso a créditos de investimento para financiar suas atividades, com exceção daquelas voltadas ao turismo e lazer rural.

QUESTÃO 74

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética a respeito dos crimes contra o patrimônio, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Um indivíduo fez clandestinamente captação de água sem a utilização do hidrômetro de sua residência, efetuando ligação irregular no encanamento, e dela usufruiu sem o pagamento de qualquer contraprestação à empresa responsável pelo serviço público respectivo. Nessa situação, o indivíduo praticou o crime de usurpação de águas.
- ❷ José adentrou a propriedade rural de seu vizinho e subtraiu vários pinheiros, por meio do seu corte do solo e transporte. Nessa situação, José praticou o crime de furto.
- ❸ Abreu, proprietário de um imóvel rural, invadiu parte da gleba de terras que estava sendo ocupada por posseiros, ameaçando-os com arma de fogo. Nessa situação, Abreu praticou o crime de esbulho possessório.
- ❹ Um indivíduo, com a intenção exclusiva de causar prejuízo ao seu vizinho, introduziu gado em sua propriedade rural, o qual invadiu a lavoura e devastou toda a plantação de arroz e vegetação útil existentes. Nessa situação, o indivíduo praticou o crime de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.
- ❺ Jorge arrendou a Lúcio um imóvel rural de sua propriedade, contíguo àquele em que residia, cuja linha divisória era uma sebe de bambus. Lúcio, com a intenção de aumentar a área arrendada, cortou a sebe de bambus existente, deixando somente os tocos. Nessa situação, Lúcio não praticou o crime de alteração de limites.

QUESTÃO 75

Acerca dos crimes contra a administração pública e a ordem tributária, julgue os itens a seguir.

- ❶ No crime de concussão, o sujeito ativo é o funcionário público, não sendo possível a co-autoria ou a participação de particular, por se tratar de crime próprio.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Após uma auditoria fiscal realizada em uma empresa, o auditor exigiu do sócio-gerente da sociedade comercial a importância de R\$ 15 mil para não lavrar o auto de infração referente à sonegação de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), no valor de R\$ 900 mil, e deixar, assim, de lançar o tributo. Nessa situação, o auditor fiscal praticou crime funcional contra a ordem tributária.
- ❸ Para a tipificação do crime de prevaricação, é imprescindível que o funcionário público esteja no exercício de sua função.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
Um agente de trânsito solicitou de um motorista não-habilitado, que imprimia a seu veículo velocidade superior à permitida para o local, a importância de R\$ 200,00 para não apreender o veículo e lavrar o auto de infração. No momento em que o motorista ia entregar a importância solicitada, o agente de trânsito recebeu voz de prisão do seu superior hierárquico. Nessa situação, mesmo não recebendo a importância solicitada, o agente de trânsito praticou o crime de corrupção passiva.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
Um funcionário público foi encaminhado pela autoridade policial ao juizado especial criminal, por ter, em um domingo à tarde, ameaçado o seu vizinho com uma faca, após uma discussão por causa de um cachorro. Na segunda-feira, o superior hierárquico do funcionário tomou conhecimento oficialmente dos fatos, mas por complacência deixou de promover a instauração de procedimento para apurar a responsabilidade do subordinado. Nessa situação, o superior hierárquico praticou o crime de condescendência criminosa.

QUESTÃO 76

A concessão de serviço público, pela sua própria natureza e especialmente pela sua forma de remuneração, não se presta a todo tipo de serviço público; ela só se presta àqueles que sejam passíveis de exploração comercial. Os serviços públicos de saúde, de educação, aquilo que é chamado de serviços sociais do Estado, não se prestam à concessão de serviço público. Justamente por serem gratuitos, o Estado é que tem de manter inteiramente a execução desses serviços. Não haveria como fazer a concessão, nem como o concessionário assegurar a sua remuneração pela exploração comercial do serviço; quer dizer, não é um tipo passível de exploração comercial.

María Sylvia Zanella di Pietro. *Parcerias na administração pública*, 8.ª ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 35 (com adaptações).

Com base no texto acima e considerando a concessão na administração pública, julgue os itens abaixo.

- ❶ A autora preleciona que a concessão de serviço público social se constrói sobre duas formas: de um lado como serviço público, sob interesse geral, e de outro, como empresa capitalista que visa o lucro.
- ❷ A autora defende que educação e saúde não devem ser objeto de concessão pelo Estado.
- ❸ Extraí-se do texto que, de acordo com o direito brasileiro, somente a administração indireta poderá manter os serviços de educação e saúde.
- ❹ De acordo com o texto, no direito brasileiro, não há como as concessionárias terem lucro, pois os serviços de saúde e educação são gratuitos.
- ❺ O Estado brasileiro poderá autorizar mas não conceder os serviços de saúde, segundo o direito brasileiro.

QUESTÃO 77

Considerando os fundamentos do direito civil brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- ❶ No direito brasileiro, os contratos de alienação de bens imóveis devem observar, sob pena de nulidade absoluta, a forma de escritura pública, salvo disposição legal em contrário; além disso, a transferência de domínio dos bens imóveis ocorre com a transcrição do título aquisitivo da propriedade no registro de imóveis.
- ❷ No direito brasileiro, os veículos automotores são considerados bens móveis *sui generis*; assim, diferentemente de outros bens móveis cuja transmissão do domínio se dá pela simples tradição, no caso dos veículos automotores a transmissão da propriedade ocorre somente no momento do registro da alienação no departamento de trânsito, que deixa de ter caráter meramente administrativo, passando a interferir no negócio jurídico.
- ❸ O dinheiro é considerado um bem principal, móvel, fungível e indivisível, porém juridicamente não-consumível.
- ❹ O único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente ou o imóvel de menor preço entre os que possuem, bem como os móveis que guarnecem a residência, são considerados bens voluntários de família, de modo que, se inscritos como tais no registro de imóveis competente, não poderão ser penhorados em nenhum processo de execução por dívidas, salvo as de natureza civil, fiscal, previdenciária ou trabalhista providas da utilização do próprio imóvel e as decorrentes de fiança concedida em contrato de locação.
- ❺ Os bens públicos de uso comum do povo e os bens públicos de uso especial são, em princípio, inalienáveis; todavia, até mesmo alguns bens classificados como de uso comum do povo podem ser alienados, após perderem essa qualificação, observadas as exigências legais em todo o processo.

QUESTÃO 78

Julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Na sistemática do Código Civil brasileiro, omissão e negligência são conceitos distintos, sendo que a omissão que acarreta a responsabilidade civil é a omissão voluntária, ou seja, decorrente da culpa do agente, uma vez que se trata de responsabilidade subjetiva.
- ❷ O direito à sucessão aberta constitui uma universalidade de direito, também denominada espólio, que compreende os bens, os direitos e as obrigações do *de cujus*, sendo considerada uma quase-pessoa jurídica, de modo que pode ser sujeito de direitos e obrigações na ordem jurídica, representada nas relações jurídicas pelo inventariante.
- ❸ O caso fortuito e o caso de força maior inserem-se na categoria dos fatos jurídicos *stricto sensu* e possuem como característica fundamental a irresistibilidade, porquanto seus efeitos não podem ser evitados. No direito civil brasileiro, a indenização pelos danos materiais e morais deles resultantes decorre da teoria da responsabilidade objetiva, hipótese em que não se admite a alegação de caso fortuito ou de força maior para a exclusão da responsabilidade.
- ❹ De acordo com o Código Civil brasileiro, nos contratos celebrados com cláusula de não valerem sem instrumento público, este é da substância do ato, significando dizer que a ausência do referido instrumento, nesse caso, é motivo de nulidade absoluta do contrato.
- ❺ No sistema do direito de família atual, o exercício do pátrio poder compete a ambos os pais, em igualdade de condições; há, todavia uma presunção de concordância, significando dizer que, no caso de ato praticado por um dos pais, presume-se que o outro esteja tacitamente de acordo. Assim, para que o filho ou filha menor de 21 anos de idade possa contrair matrimônio, basta o consentimento prévio de um dos pais, presumindo-se a anuência do outro.

QUESTÃO 79

Jonas, viúvo, propôs ação de indenização por danos materiais e morais contra a empresa X Comércio Ltda. Terminada a instrução processual, foram os autos conclusos para sentença no mesmo dia em que Jonas veio a falecer. Publicada a sentença, a ré, vencida, interpôs recurso de apelação. Intimado para responder ao recurso, o advogado de Jonas apresentou as contra-razões em nome de Silas e Sérgio, filhos do falecido, menores, com, respectivamente, dezessete e doze anos de idade, noticiando o óbito do autor ao juiz. Os autos subiram ao tribunal, para julgamento do recurso.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens abaixo.

- ❶ A morte do autor, antes do trânsito em julgado da sentença, é causa de extinção do processo, sendo inadmissível o ingresso dos herdeiros no feito.
- ❷ Os filhos de Jonas não têm capacidade de estar em juízo, e, na falta de seu representante legal, o Ministério Público exercerá a representação dos menores, por sua curadoria de incapazes.
- ❸ Os filhos de Jonas deveriam, antes de ingressar no feito, pleitear a abertura do inventário do pai falecido, requerendo ao juiz das sucessões autorização para ingresso no feito.
- ❹ O ingresso de herdeiros no feito, pela morte da parte originária, não é caso de substituição processual.
- ❺ Sendo os menores herdeiros necessários da parte, a morte desta não extingue o mandato que outorgara a seu advogado.

QUESTÃO 80

Julgue os itens a seguir.

- ❶ No cotejo entre as *causae petendi* de duas ações, a fim de verificar se são idênticas, a invocação de norma jurídica diversa em cada uma delas não importa mudança da causa de pedir.
- ❷ Feita a denunciação da lide pelo réu, pode o juiz, pelo princípio da economia processual, condenar o denunciado diretamente em favor do autor.
- ❸ Na ação em que se pleiteia a majoração de pensão alimentícia — fixada em separação consensual, para os filhos menores do casal —, a competência para processá-la e julgá-la não remanesce necessariamente no órgão judicial que homologou o acordo, mas determina-se pelo foro de domicílio ou residência do alimentando, à luz do Código de Processo Civil (CPC).
- ❹ O recurso especial presta-se exclusivamente ao reexame das questões de direito, recebendo o Superior Tribunal de Justiça os fatos tais como assentados pelo órgão *a quo*, sem abertura para a respectiva reapreciação.
- ❺ No sistema do CPC, a prolação de despacho saneador, além de não anteceder o julgamento antecipado da lide, pressupõe o descabimento deste.